

3

A Amazônia em 1491

Denise Pahl Schaan

Conversando com um amigo que foi encarregado de fazer a curadoria de uma exposição sobre populações tradicionais amazônicas nos Estados Unidos, lhe sugeri que partisse de lendas e mitos para falar sobre o cotidiano e o imaginário das populações da região. Existem muitas narrativas orais que trazem elementos das culturas indígenas, ainda que transformadas com as novas roupagens adquiridas durante os séculos de colonização, podendo ser encontradas mesmo dentre as populações urbanas. A ideia lhe agradou, vindo-lhe à mente imediatamente a lenda das Amazonas, mulheres guerreiras e sem maridos, cujo encontro com Orellana e Carvajal, no século XVI, acabou por inspirar o batismo do grande rio. Adverti-o, entretanto, que essa não era necessariamente uma lenda amazônica, mas uma antiga lenda helênica que, no século XVI, animava o imaginário dos conquistadores do Novo Mundo. Argumentei, para meu interlocutor decepcionado, que, se ele a usasse, poderia estar impondo a visão do colonizador sobre as sociedades tradicionais amazônicas.

O evento acima descrito ilustra de forma bastante simples a maneira como nosso imaginário ocidental encontra-se totalmente povoado por visões estigmatizadas sobre os povos amazônicos e seu modo de vida na floresta tropical. Na Europa das grandes navegações, histórias fantásticas sobre povos exóticos e primitivos vivendo no além-mar fascinavam reis e plebeus. É fato que exemplares menos idílicos dessa fauna humana e animal chegavam juntamente com navios carregados das matérias-primas caras aos mercados europeus, corroborando, nos palácios e praças, tais

relatos epopéicos. O eurocentrismo serviu, no seu tempo, à dominação das populações nativas, tendo a crença na inferioridade dos nativos se convertido em justificativa para o domínio do imenso território americano, de norte a sul. Apesar da Bula Papal de 1537, na qual o Papa Paulo III afirmava que os índios eram homens e tinham alma, centenas de milhares de pessoas foram escravizadas e exterminadas durante os três primeiros séculos da conquista. Aqueles que, sobrevivendo aos confrontos armados, à disseminação de doenças e aos trabalhos forçados, quisessem escapar da sede de braços e almas, viram-se obrigados a aventurar-se mais profundamente na floresta, subindo os rios rumo às cabeceiras, contando com as dificuldades de acesso e a fragilidade do homem branco frente aos perigos naturais da região.

Durante os séculos XVIII e XIX, quando começam a ser produzidas as primeiras etnografias das populações indígenas, os viajantes vão encontrar já um cenário totalmente transfigurado pela presença ubíqua dos colonizadores, sua cultura material e as doenças para as quais os índios não possuíam defesas naturais. Ao longo dos rios e em torno de suas cabeceiras, populações que ali nasceram, juntamente com os remanescentes das migrações para o interior tinham composto outras nações, agora baseadas em novos territórios. Escravos africanos fugidos dos empreendimentos coloniais haviam também formado seus quilombos nas cachoeiras, acrescentando novas cores ao mosaico de povos da floresta que, por pressão do colonizador, tiveram eles mesmos que colonizar novas terras, expulsando, incorporando ou sendo incorporados pelos antigos moradores. Uma Amazônia de populações multiétnicas e multilinguísticas, vivendo em aldeias semi-autônomas um modo de vida predominantemente de sobrevivência se descortinou aos olhares curiosos dos primeiros viajantes e etnógrafos. A naturalidade com que os nativos lidavam com uma floresta povoada por animais peçonhentos e plantas venenosas remetia, aos olhos do homem branco, a um

cenário de perfeita harmonia entre seres humanos e natureza, fazendo reviver o mito Rosseauniano do bom selvagem.

Fossem apenas os relatos de viajantes desavisados a contar-se por um sentimento ingênuo de “simplicidade” e “naturalidade” das relações entre sociedade e natureza, a academia estaria livre de preconceitos que se instalariam de forma mais duradoura. Percebe-se, entretanto, que o imaginário europeu do século XVI persistiu até há pouco tempo na produção científica de neo-evolucionistas sobre o desenvolvimento cultural na região (HECKENBERGER, 2005). Na metade do século XX, o antropólogo James Steward publica o terceiro volume da série *Handbook of South American Indians* (STEWART, 1948), dedicado exatamente às “Tribos da Floresta Tropical”, categoria criada por ele para caracterizar o modo de vida que seria típico dos povos da floresta. Segundo Steward e seus colegas, na floresta tropical o desenvolvimento cultural estaria limitado por fatores ecológicos (solos inférteis e estresses climáticos cíclicos), obrigando as populações nativas a viver de uma economia de subsistência pobre em proteínas, sendo receptoras passivas de invenções como a cerâmica, a agricultura e as artes, que teriam se desenvolvido primeiro em outras partes do continente. Infelizmente, o modelo de áreas culturais de Steward veio a subsidiar uma arqueologia pouco crítica que se fez na Amazônia entre o final da década de 1940 e a metade dos anos 1980, reproduzindo estereótipos de longa data.

As populações indígenas amazônicas contemporâneas (estimadas entre 350 e 700 mil indivíduos) são de fato remanescentes das populações nativas que, em 1491, não advinhavam que suas vidas jamais seriam as mesmas a partir do ano seguinte, quando Colombo aportaria em Hispaniola, no Caribe. Fossem as transformações rápidas, pelo contato próximo nos litorais e várzeas, fossem as mesmas gradativas, pela penetração dos produtos europeus no interior do território através das rotas de trocas já existentes, a história indígena tomaria, em todo o continente, rumos até então insuspeitos.

A história indígena pré-colombiana, que pode ser reconstruída pela arqueologia, pouco pode se beneficiar dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX e das etnografias do século XX, a não ser que esses dados sejam usados como hipóteses a serem contrastadas com o registro arqueológico. Os dados arqueológicos estão isento das ideologias que defendem a incapacidade dos povos nativos de agir de maneira assertiva sobre o meio ambiente com o qual interagiram por milênios antes da chegada dos invasores. E o registro empírico mostra que a história indígena que a arqueologia e outras disciplinas afins têm revelado pouco tem a ver com a imagem proposta no *Handbook* e posteriormente refinada a partir da década de 1950 por Betty Meggers e seus colegas.

Com o intuito de trazer essa história à tona e contribuir para educar nosso olhar sobre a experiência humana na floresta tropical, esse artigo faz uma compilação sintética dos resultados de diversos trabalhos realizados na região, em sua maioria, a partir da década de 1980. Tais estudos representam o estado da arte no passado amazônico, contribuindo, dessa forma, para que o leitor possa formar uma outra imagem sobre a vida na região nos últimos dez mil anos.

1 Primitivos ou primeiros?

A ocupação humana do território amazônico data de 11.200 anos, sendo, portanto, contemporânea a outras populações ameríndias que nessa época são encontradas de norte a sul do continente. Até a década de 1950, pensava-se que a ocupação da Amazônia ter-se-ia dado somente no Holoceno médio, por meio de populações horticultoras. Mesmo para a América do Norte, onde a tese da colonização inicial por caçadores especializados predomina ainda entre os estudiosos (cultura Clóvis como sendo a primeira), a hipótese de uma colonização anterior de coletores e caçadores generalizados

começa a ganhar espaço. Da mesma forma, a teoria tradicional de que houve migrações de populações de origem asiática utilizando-se do estreito de Behring como via de acesso tem sido posta em xeque, tendo em vista a grande quantidade de sítios mais antigos ao sul do continente. Por isso, hipóteses que trabalham com migrações por via marítima e costeira como alternativas explicativas à Behring têm ganhado força na literatura especializada¹.

Na Amazônia brasileira foram encontrados vestígios arqueológicos de populações paleoíndias² na Serra dos Carajás (sul do Pará) e em Monte Alegre (Baixo Amazonas) (Figura 1). Destes locais, a pesquisa dirigida por Anna Roosevelt e seus colegas na Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre (ROOSEVELT et al., 1996), é sem dúvida a de maior impacto, pois forneceu a maior quantidade de informações sobre dieta, modo de vida e período de ocupação, a partir de contextos bem documentados. A quantidade expressiva de

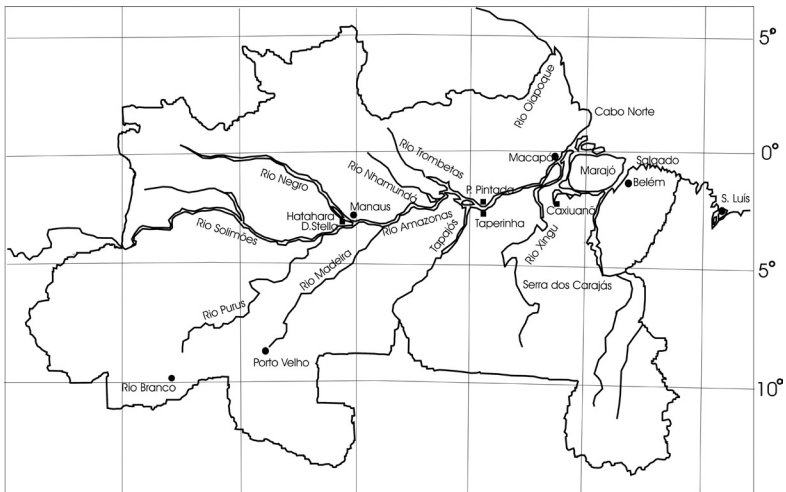


Figura 1 – Localização dos sítios mencionados no texto.

datas radiocarbônicas obtidas para esse sítio (56 ao todo) foi

responsável por definitivamente afastar qualquer dúvida sobre se a Amazônia teria sido ocupada por grupos humanos ao final do Pleistoceno. As populações que periodicamente visitaram e viveram na Caverna da Pedra Pintada por mais de 1.200 anos produziram e utilizaram artefatos de pedra bifaciais e unifaciais, pintaram as paredes da caverna com motivos antropomorfos, zoomorfos, geométricos e marcas de mãos e viveram da coleta de produtos da floresta e da várzea (Figura 2). Segundo Roosevelt, as pinturas, existentes também em diversos paredões de rocha nas imediações, tinham como motivação a necessidade de definir e defender territórios. A pesquisa estabeleceu a chegada dos primeiros ocupantes em torno de 11.200 A.P., tendo sido ocupada pelos paleoíndios até 9.800 A.P.



Figura 2 – Pintura rupestre representando um cometa (segundo Anna Roosevelt), Monte Alegre.

Fonte: Foto Denise Milan.

Na serra dos Carajás, sul do Pará, escavações realizadas em diversas grutas, a partir da década de 1980, por pesquisadores do Museu Goeldi, revelaram vestígios de indústrias líticas, fogueiras e restos de alimentação, como ossos de pequenos animais e sementes. As datações obtidas mostram uma ocupação inicial por volta de 9.000 AP, na Gruta do Pequiá, estendendo-se até 6.900 A.P., na Gruta do Gavião (SILVEIRA, 1994; MAGALHÃES, 2005). Escavações recentes realizadas em outras grutas por uma equipe da Scientia Consultoria encontraram, predominantemente, refugo de lascamento (lascas, estilhas e núcleos) realizado em matérias-primas externas aos sítios, como quartzo, sílex, arenito, quartzito, e outros (KIPNIS et al., 2005). Dez sítios foram datados, quatro deles com datas entre de 10.000 e 9.000 A.P. As ocupações foram de curta duração, mas as datas mostram ocupações esporádicas durante todo o Holoceno, com a presença de cerâmica apenas no Holoceno recente. Além das cavernas, sítios a céu aberto pesquisados no sudeste do Pará pela mesma empresa continham vestígios líticos datados entre 11.000 e 6.000 A.P. (CALDARELLI et al., 2005).

Pinturas encontradas sobre paredões de rocha, grutas e abrigos, assim como gravuras encontradas em blocos de rocha ao longo dos rios em várias partes da Amazônia são frequentemente associadas a populações caçadoras-coletoras, uma vez que são populações com grande mobilidade, cujas atividades de caça e coleta exigem o domínio de territórios extensos. Apesar de muitos registros rupestres terem já sido compilados por diversos autores (PEREIRA; 1999), destacando-se aí o bonito catálogo sobre arte rupestre do Pará produzido por Edithe Pereira (2004), não há, até o momento, nenhum estudo de interpretação desses vestígios no sentido de relacioná-los com o domínio de determinados territórios por uma população ou outra. Na Caverna da Pedra Pintada, pigmentos e pedaços de rocha pintada foram encontrados no estrato Paleoíndio, conferindo grande antiguidade às pinturas. Apesar de se supor que a arte rupestre amazônica como um

todo seja obra de grupos de caçadores-coletores, é possível que parte dela pertença também aos períodos Arcaico e Formativo, quando surge a coleta de fauna aquática, agricultura e cerâmica, e os espaços geográficos passam a ser marcados pela presença de assentamentos permanentes, ao mesmo tempo em que persistem as atividades de caça e coleta.

2 Das serras ao mar

A Amazônia é uma região rica em água, sabidamente a maior reserva de água doce do planeta, mas muita gente não se dá conta de que a Amazônia também tem mar. Da foz do rio Oiapoque, no Amapá, à baía de São Marcos, no Maranhão, são aproximadamente 1.500 km de litoral Atlântico, que compõem uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta. Os manguezais amazônicos são ecossistemas extremamente ricos em biodiversidade, tendo sido ocupados há pelo menos 5.500 anos por populações que se dedicavam cotidianamente à pesca e coleta de fauna aquática.

A adaptação de populações amazônicas a uma dieta rica em produtos aquáticos abundantes veio a possibilitar a construção de assentamentos permanentes ou semipermanentes, há 7.000 anos no Baixo Amazonas, e um pouco mais tarde na costa nordeste do Pará, na região do Salgado. Devido às flutuações do nível do mar que ocorreram durante a transição do Pleistoceno para o Holoceno, é possível que haja sambaquis marítimos submersos, e, portanto, tão antigos quanto os fluviais, também na plataforma continental. Em ambos os locais – mar e rio – esses dados indicam um modo de vida sedentário bem antes da disseminação do cultivo de plantas (SILVEIRA; SCHAAN, 2005).

Os estudos de sambaquis na Amazônia foram historicamente prejudicados pelo saque a tais depósitos a partir do final do século

XIX com o intuito de retirar matéria-prima para a indústria de cal. Apesar disso, a pesquisa realizada no sambaqui da Taperinha, no Baixo Amazonas, ao final da década de 1980 por Anna Roosevelt, Maura Imazio da Silveira e outros, encontrou ainda cerca de seis metros de depósitos intactos, onde foi encontrada grande quantidade de carapaças de moluscos (espécies de água doce), carvão, ossos faunísticos, líticos e fragmentos de cerâmica (ROOSEVELT et al., 1991). Diversas amostras de carvão e conchas, assim como de cerâmica, foram datadas pelos métodos radiocarbônico, AMS e termoluminescência, proporcionando datas entre 7.600 e 7.335 anos A.P. para o nível com fragmentos de cerâmica, o que a colocou como a mais antiga cerâmica das Américas. Apesar disso, a cerâmica não parece ter sido muito importante em Taperinha, onde foram encontrados também poucos instrumentos líticos, entre eles percutores, lascas, moedores e pedras para cozinhar. Alguns instrumentos foram feitos de carapaças de moluscos e cascos de tartarugas, essas presentes também na alimentação, além dos peixes.

As investigações arqueológicas na região do litoral norte restringiram-se ao projeto Salgado, na década de 1980 (SIMÕES, 1981), apesar de ter havido algumas prospecções posteriores por parte de Maura Imazio da Silveira. As datas obtidas para a região situam-se entre 5.500 e 3.000 A.P. (ROOSEVELT, 2005; SIMÕES, 1981), e o registro arqueológico indica uma sobrevivência baseada em recursos do mar e do mangue, havendo também a produção de vasilhas de cerâmica utilitárias. Sambaquis encontrados na ilha de São Luís, no Maranhão, apresentam cerâmica semelhante à encontrada no Pará. Uma pesquisa ainda em andamento, realizada por Arkley Bandeira (Com. pess. 2007) no sambaqui do Bacanga, revelou ocupação ceramista embaixo dos níveis com restos de moluscos, sugerindo a possibilidade de uma ocupação sedentária antes dos sambaquieiros. Entretanto, não há datas disponíveis para esses níveis mais antigos. Os dados disponíveis, portanto, são poucos, e não permitem o esboço de um quadro geral sobre a

ocupação na região Atlântica e sua evolução com o tempo.

Sambaquis ribeirinhos foram também localizados na Ponta do Jauari, Lago Grande do Curuá, a oeste de Alenquer (HILBERT, 1959). No baixo rio Xingu, sambaquis contendo moluscos, ossos de animais e cerâmica com tempero de areia e conchas foram datados em 3.170 ± 120 A.P. e 1.650 ± 70 A.P. (PEROTA, 1992). Outros dois sítios, na mesma área, datados entre 2.255 ± 55 A.P. e 840 ± 60 A.P. caracterizar-se-iam ainda, segundo Perota (1992), pelo cultivo da mandioca, com o consumo concomitante de recursos malacológicos, caça e pesca.

Consumo expressivo de fauna aquática também foi identificado na Caverna da Pedra Pintada, após uma camada estéril de cerca de 30 cm que separava a ocupação Paleoíndia da camada Holocênica, que continha conchas, tartarugas, peixes, cerâmica, contas de conchas, e algumas poucas sementes carbonizadas (ROOSEVELT et al., 1996). A cerâmica, de vasilhas temperadas com areia e concha, e decoração com incisões e ponteados, pertence ao período entre 7.580 e 6.625 A.P. (foram datados ossos de tartaruga, concha e concha na cerâmica), e os vestígios de alimentação indicam exploração especializada de fauna ribeirinha.

No arquipélago do Marajó foram identificados dois sambaquis no centro e dois no sul da ilha de Marajó, onde é predominante a presença de Uruá, um gastrópode fluvial, e de cerâmica temperada com conchas. A população relata terem sido encontrados em tais sítios sepultamentos em urnas agrupadas, mas não houve, até o momento, nenhuma pesquisa nesses locais.

Apesar da escassez de estudos sobre sambaquis amazônicos, percebe-se que sua distribuição demarca uma vasta região, que vai desde a ilha de São Luís, no Maranhão, até as proximidades da embocadura do rio Tapajós. Trata-se, sem dúvida, de um primeiro ensaio de ocupação mais permanente de áreas ribeirinhas, que vai se realizar plenamente somente ao final do primeiro milênio da Era Cristã, como veremos ao final deste artigo.

3 Os horticultores da floresta tropical

Contrariamente ao que o leitor de Steward (1948) é levado a crer, o capítulo da história amazônica reservado aos horticultores de floresta tropical é o que menos se conhece, dada a falta de pesquisas arqueológicas que tenham se detido em outros aspectos do registro arqueológico que não a cerâmica. Supõe-se, a partir de evidências botânicas e genéticas, que o cultivo da mandioca amarga tenha iniciado em torno de 5.000 A.P., na área do alto rio Madeira, Estado de Rondônia, como a culminância de um processo longo de manejo de recursos botânicos que principia provavelmente no início do Holoceno (NEVES, 2006). Práticas de manejo bem documentadas entre populações etnográficas parecem vir de longa data, e sabe-se, pelo conhecido desenvolvimento do milho a partir de espécies selvagens, como o teosinte, que a domesticação de plantas é um processo demorado, que exige muitas gerações, sendo a adoção de novas práticas de subsistência uma opção realizada de maneira diferenciada por cada população humana. Na Amazônia, a domesticação de plantas não antecede a invenção da cerâmica, como seria de se esperar, e um desenvolvimento completo da agricultura enquanto modo de subsistência predominante nunca vem a se realizar. A cultura da mandioca, como fonte básica de carboidratos, parece ter sempre coexistido com a pesca e a caça de animais pequenos, que forneceriam, juntamente com a coleta de frutos de palmeiras e castanhas, a proteína necessária para a sobrevivência humana.

As sociedades do formativo amazônico eram provavelmente compostas por pequenas aldeias, de 2 a 4 casas e, às vezes, por casas isoladas com populações variáveis entre 40 e 300 pessoas (MYERS, 1981), localizadas próximas a fontes permanentes de água, mas nem sempre junto a um rio principal navegável (SCHAAN, 2004). Aldeias encontradas no sul do Pará, na região de Carajás, têm sido interpretadas como ocupações de grupos tupi-guarani que ali viveram a partir do primeiro milênio. No sítio Domingos, em Canaã

dos Carajás, foram encontrados sepultamentos (um deles, de criança de 3 anos com machado lítico), lâminas de machados e almofarizes, além de cerâmica com características tupi-guarani, tendo sido a ocupação datada, por termoluminescência, entre 1.300 ± 130 e 530 ± 55 A.P. Para outros sítios da área, as datas são mais recentes, em torno de 500 A.P.³ Já a 100 km ao sul da cidade de Santarém, na margem esquerda do rio Tapajós, aldeias de horticultores ceramistas foram datadas entre 3.800 e 3.600 A.P. (GOMES, 2005). Um horizonte formativo (4.000 a 2.000 A.P.) foi também detectado na Caverna da Pedra Pintada, que os pesquisadores relacionam à disseminação de cerâmica e horticultura de mandioca. Nesse horizonte foram encontrados fragmentos de cerâmica temperada com rocha triturada (tigelas e torradores de paredes espessas), sementes de frutas carbonizadas, resíduos de tartarugas e peixes e cinco sepultamentos pouco preservados (ROOSEVELT et al., 1996).

Na ilha de Marajó, aldeias de supostos horticultores surgem entre de 3.500 e 3.000 A.P., para ressurgir no início da Era Cristã (SCHAAN, 2004). O hiato ocupacional apontado por Meggers em Marajó, entre 3.000 e 2.000 A.P., e creditado a mudanças climáticas (MEGGER; DANON, 1988), foi observado também por Denise Gomes ao sul de Santarém, onde ela aponta hiatos entre 3.200 e 2.700 e 2.500 e 1.800 A.P. (GOMES, 2005).

4 A ascensão dos caciques

No início da Era Cristã, ocorre um aumento populacional na região, detectado principalmente pelo aumento do número de sítios, que crescem também em área e complexidade. Tais ocupações parecem ser mais densas e contínuas por produzirem maior quantidade de fragmentos de cerâmica, que, por sua vez, se complexificam em formas e decorações. Em tais sítios se identifica a presença de terra preta arqueológica (TPA), encontrada

frequentemente associada a feições culturais como montículos, sepultamentos, fogueiras e outros.

Estudos em sítios com TPA na Amazônia têm demonstrado que esses solos concentram elementos químicos como P, Ca, Mg, Zn e Mn em valores bastante elevados em relação aos solos originais, além de possuir pH elevado e altas concentrações de matéria orgânica, o que os tornam especialmente férteis (KERN; KAMPF, 1989; KERN et al., 1999; MCCANN et al., 2000). Esses elementos químicos foram possivelmente adicionados ao solo através da degradação de matéria orgânica relacionada à presença de populações humanas e suas atividades de descarte (EIDT, 1985; WOODS; MCCANN, 1999; MCCANN et al., 2000; KERN et al., 1999). Os altos valores de P, Ca e Mg nas TPAs podem ser atribuídos aos resíduos de origem animal (ossos, conchas, sangue, carapaças, fezes etc.) enquanto que resíduos de origem vegetal (palmeiras usadas na cobertura e paredes de casas, na confecção de camas, redes, balaios, cestos, esteiras para dormir ou sentar) adicionariam ao solo elementos como Zn e Mn.

A criação das terras pretas parece ter sido um fenômeno não intencional, geralmente entendido como consequência do crescimento populacional (mais gente descartando maior quantidade de restos orgânicos). Entretanto, sítios densos em vestígios são também encontrados durante o período Formativo, onde a quantidade de cerâmica não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de solos escuros⁴. Por isso, é provável que o aparecimento das terras pretas esteja relacionado a uma mudança qualitativa nos padrões de subsistência. Uma explicação possível seria a de que a exploração intensiva de peixe, com maior descarte desse tipo de alimento, tanto durante o consumo quanto durante o processamento de peixe seco ou farinha de peixe para estocagem, teria provocado tais mudanças no solo. De qualquer maneira, as grandes extensões de terra preta teriam relação também com os padrões de descarte. Em sítios onde

existe limpeza constante das áreas das casas ou praças centrais há pouco acúmulo de vestígios e, portanto, é menor a formação de terras pretas (REBELLATO, 2007)⁵.

Ao longo das várzeas e terraços que acompanham o rio Amazonas e ao longo de seus principais tributários, como o Trombetas e o Tapajós, para falar das áreas mais conhecidas, grandes sítios de terras pretas guardam vestígios de centenas de anos de ocupação por sociedades com organização sociopolítica regional. São os chamados Cacicados das várzeas, descritos como reinos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII (PORRO, 1995), que os viram já plenamente desenvolvidos. Sociedades estratificadas, governadas por chefes regionais que exerciam domínio político e simbólico em áreas que se estendiam por dezenas de quilômetros, em alguns casos, como a chefatura dos Tapajós, distribuía-se por regiões tão diversas ecologicamente como as savanas da ilha de Marajó e os campos elevados do Acre. Tendo surgido, muitas delas, ao final do primeiro milênio, lograram exercer influência inclusive sobre povoações mais autônomas e afastadas (SCHAAN; SILVA, 2004; GOMES, 2005). Os cacicados amazônicos mantinham redes de intercâmbio suprarregional, que integravam mercados onde se trocavam matérias-primas e produtos manufaturados, dentre eles machados e adornos líticos, sendo especialmente valorizados os adornos de pedra verde, tidos também como moeda na aquisição de esposas (LATHRAP, 1973; BOOMERT, 1987).

Os primeiros Cacicados amazônicos surgem na ilha de Marajó, onde técnicas de manejo de rios e lagos – com a construção de barragens e escavação de viveiros de peixes – buscavam maximizar a pesca em áreas onde inundações periódicas transformavam os campos em locais extremamente propícios para a piracema. Como resultado dessas obras de terra, foram construídas gigantescas plataformas de terra (chamadas localmente de tesos) de até 12 m de altura e 3 hectares de área para moradia das elites que controlavam os sistemas hidráulicos. Nesses locais, os nobres sepultavam seus mortos em belas urnas funerárias, decoradas com motivos

clânicos pintados, excisos e incisos, produzindo uma das mais sofisticadas tradições ceramistas das Américas (SCHAAN, 2007a) (Figura 3). Os Cacicados marajoaras eram comunidades regionais pequenas (provavelmente de até dois ou três mil habitantes) cuja economia política baseava-se sobretudo na capacidade dos chefes e pajés de garantir fartura de alimentos e objetos de prestígio obtidos por meio das redes de trocas com outras elites amazônicas. Tendo persistido por cerca de 900 anos, os Cacicados marajoaras certamente influenciaram outros desenvolvimentos culturais na região (SCHAAN, 2004). Exemplo disso são os sepultamentos encontrados no sítio Ilha de Terra, na Bacia de Caxiuanã, ao sul do Marajó, onde a decoração excisa e incisa em urnas lembra os motivos marajoaras. Um dos sepultamentos foi datado em 1050±50 AP (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2007).



Figura 3 – Urna marajoara, sítio Fortaleza, Projeto Goiapi, dezembro de 2007.

Fonte: Foto Denise Schaan.

Por volta do ano 900 d.C., surgem também Cacicados na Amazônia central, onde grandes sítios de terra preta aparecem associados a lagos e a uma impressionante quantidade de cerâmica decorada, por vezes utilizada na construção de montículos, resultado de episódios rituais. Por baixo de tais montículos são encontrados sepultamentos em urnas ou diretamente no solo (MACHADO, 2005). Em sua constituição, tais montículos apresentam terra preta e impressionante quantidade de cerâmica fragmentada, partes de pratos, vasos e objetos produzidos para festas. Machado (2005) sugere que tal padrão poderia tanto se relacionar a práticas funerárias particulares daquele grupo social como “uma mudança de poder político ou religioso que deveria ser marcada pela construção de um monumento”.

As pesquisas realizadas por Eduardo Neves e seus alunos na Amazônia Central têm proporcionado muitos dados interessantes para a compreensão do desenvolvimento da complexidade social na região. A equipe associa a emergência de Cacicados ao aparecimento da cerâmica policrômica da fase Guarita. No entanto, me parece que os primeiros indícios de complexidade aparecem antes, na fase Paredão, com a construção de montículos e aldeias circulares (MORAIS, 2006). Além disso, terras pretas começam a surgir mesmo antes, o que indica um longo processo de adensamento populacional e complexificação das relações sociais já no início da Era Cristã. Por exemplo, prospecções realizadas tanto em região de várzea quanto de terra firme, na área de confluência dos rios Negro e Solimões, mostram ocupações a partir de 2.300 A.P. em ambos os ambientes, com cerca de 2 sítios por km (LIMA, 2003). Lima (2003) supõe que havia uma simbiose econômica entre as populações de sítios localizados em terraços nas várzeas e aqueles de terra firme⁶.

Valas defensivas foram identificadas nos sítios Açutuba e Lago Grande (DONATTI, 2003), e montículos, estruturas habitacionais, contextos funerários e currais de tartarugas nos sítios do lago do Limão (MORAIS, 2006), mostrando que as construções de terra são a

tônica da época. Parece, ainda, ter, havido mudanças em padrões de assentamento ao final do primeiro milênio. Segundo Lilian Rebelatto (2007), que pesquisou as terras pretas do sítio Hatahara, a ocupação Paredão caracterizou-se por um padrão de aldeia circular, com datas entre 650 – 1000 DC, padrão este alterado na fase Guarita (1000 a 1300 DC), onde a aldeia seria linear, acompanhando o rio Solimões.

É possível que a subsistência nesses locais pesquisados fosse altamente dependente de peixe, tendo em vista a piscosidade de tais lagos situados em áreas de várzea. Ao longo do rio Trombetas, o desenvolvimento da complexidade social também parece estar relacionado à pesca intensiva, uma vez que extensos sítios de terra preta contendo cerâmica ritual são encontrados nas altas barrancas que circundam lagos que se conectam sazonalmente com o rio (HILBERT; HILBERT, 1980)⁷.

O domínio dos Tapajós na área onde é hoje a cidade de Santarém, na embocadura do rio Tapajós, foi descrito pelos cronistas do século XVI e depois pelo padre Betendorf, em 1661, com mais detalhes que qualquer outro escritor. Sabe-se que era uma sociedade estratificada, que possuía escravos e abundância de alimentos. Os principais vestígios encontrados hoje na cidade de Santarém, no bairro Aldeia e na região do Porto, atualmente sendo pesquisados por Anna Roosevelt e pesquisadores da Universidade Federal do Pará, são fragmentos de cerâmica, lítico, urnas funerárias contendo cinzas e ossos em decomposição, e bolsões rituais contendo cerâmica fragmentada e restos de alimentação. A cerâmica inciso-ponteadada cerimonial típica da fase foi datada entre 1.200 e 1.400 d.C., e os dados completos sobre esse trabalho estão em fase de publicação⁸. Nas escavações da área do Porto percebe-se ocupação contínua desde o período Formativo até a emergência dos Cacicados.

A cerâmica tapajônica distribui-se por sítios à margem direita do rio Tapajós até 75km ao sul da cidade de Santarém, tanto ao longo da várzea do Tapajós quanto na região adjacente ao *plateau* de Belterra, onde Nimuendaju já havia localizado sítios no início

Também na Caverna da Pedra Pintada foram encontrados vestígios de ocupações durante o último milênio. São indícios da prática de agricultura, grãos de milho e pedaços de cabaça decorada, além de frutas de espécies adaptadas à estação seca, como o caju, que parecem ter-se disseminado na área no momento em que aumentaram áreas abertas e foi reduzida a precipitação. Os vestígios de cerâmica temperada com cauixi encontrados e datados entre 1.000 e 1.600 pertencem ao horizonte inciso-pontado (1.000 a 1.600), relacionado à ocupação Tapajó. Em níveis mais recentes, aparecem alguns fragmentos temperados com caraipé e caco moído, relacionados ao horizonte policrômico (datado neste local entre 675 e 430 AP) (ROOSEVELT et al., 1996).

No alto Xingu, construções de terra aparecem entre 1.200 e 1.600 A.D., na forma de trincheiras construídas em torno de aldeias, compondo um sistema de fortificações, além de montículos lineares construídos às margens de estradas e praças circulares, e ainda reservatórios, barragens, canais e estradas que conectam assentamentos criando uma verdadeira paisagem urbana (HECKENBERGER, 2005; HECKENBERGER et al., 2003).

Na Amazônia Boliviana, desde a década de 1960, pesquisas em Llanos de Mojos têm revelado uma impressionante paisagem antrópica, composta de campos elevados para agricultura, canais em zigue-zague para a criação de peixes, com lagos e reservatórios (DENEVAN, 1966; ERICKSON, 2000, 2001).

No Amazônia ocidental, na bacia do alto rio Purus, ao que tudo indica, sociedades regionais teriam surgido ao final do segundo milênio (PÄRSSINEN et al., 2003), apesar de existirem datas anteriores de contextos não bem documentados (SCHAAN et al., 2007; SCHAAN, 2007b). Os sítios encontrados sobre uma imensa região que vai das proximidades da fronteira com a Bolívia – sobre altitudes de 100 a 200m – até a várzea amazônica, na confluência dos rios Acre e Purus, estendendo-se, a leste, sobre a Bolívia e atingindo o oeste de Rondônia são estruturas de terra

geométricas, compostas por valetas escavadas no solo argiloso da região (Figura 6). Os geoglifos, chamados assim por suas grandes dimensões, que os tornam visíveis somente do alto (diâmetros vão de 70 a 380m) parecem ter sido locais de encontro, de realização de cerimônias ou ainda centros de intercâmbio, tendo em vista a baixa densidade de vestígios (cerâmica, lítico, carvão) em vários deles. Por enquanto, cerca de 150 dessas estruturas foram encontradas, a maioria delas na forma de círculos perfeitos ou retângulos, havendo também figuras com vários lados ou ainda compostas de mais de uma forma geométrica. Ao que parece, um mesmo tipo de



Figura 6 – Geoglifo da Fazenda Colorada, Acre.

Fonte: Foto Sanna Saunaluoma.

comportamento e significados simbólicos acompanhavam todas essas construções, o que sugere a disseminação de uma mesma cultura, provavelmente característica de grupos com organização regional. A descoberta dos geoglifos em região de terra firme, por sua vez, teve o mérito de colocar em xeque a ideia de que sociedades densas e complexas eram prerrogativa de ambientes de várzea (SCHAAN et al., 2007) o que, de qualquer forma, já tinha sido questionado por Heckenberger

(2005) a partir de seus estudos no alto Xingu.

No Amapá, os vestígios arqueológicos encontrados indicam a presença de pelo menos quatro diferentes culturas a partir do segundo milênio, estendendo-se a ocupação até a chegada dos europeus. Em geral, os sítios estão associados com sepultamentos em urnas, havendo sepultamentos sob grandes blocos de granito associados com estruturas megalíticas com possível significado astronômico (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (AM), 2006, 2007). Dezenove desses sítios foram identificados no município de Calçoene e parecem estar relacionados à ocupação Aruaque.

Na região de Maracá, urnas funerárias antropomorfas representando homens e mulheres sentados sobre banquinhos, contendo ossos e oferendas são encontradas dentro de grutas, a curta distância dos prováveis sítios de habitação (GUAPINDAIA, 2001). Na região do rio Cunani, sepultamentos dentro de poços funerários em forma de bota lembram práticas semelhantes às da Colômbia, sugerindo uma relação entre tais ocupações. Certas práticas podem ter sido disseminadas por populações Aruaque que ocupavam a costa norte da América do Sul no século XVI (NUNES FILHO, 2005).

5 A Amazônia em 1491

As culturas amazônicas estavam, em 1491, em pleno desenvolvimento. No Marajó, o colapso das sociedades marajoaras, por causas ainda não totalmente compreendidas, por volta de 1350 d.C., acontece ao mesmo tempo em que grupos Aruaque vindos do norte começam a penetrar a ilha. A expansão Aruaque os havia espalhado pela periferia amazônica, partes do Amazonas, Negro, Solimões e Madeira, alcançando também as Antilhas, dominando boa parte do norte da América do Sul e do Caribe à época da conquista (HECKENBERGER, 2005). Grupos Tupi-guarani, cuja origem mais provável encontra-se em Rondônia, já se encontravam

na costa leste, tendo colonizado o litoral de norte a sul. Na bacia Amazônica, as chefaturas complexas se expandiam, sustentando longas redes de trocas que conectavam a região em todas as direções, proporcionando, juntamente com o fluxo de bens de prestígio e mercadorias, o intercâmbio de ideias e técnicas.

Foram essas sociedades dinâmicas, com sofisticado domínio sobre os mais diversos ecossistemas, que foram encontradas pelos conquistadores europeus no século XVI. Em nenhuma outra parte do país tinha o desenvolvimento de instituições sociopolíticas complexas chegado tão longe. Não cabe aqui especular se os Cacicados amazônicos teriam se tornado estados expansionistas, como o império Inca. Mas estavam, certamente, mais próximos de sê-lo do que qualquer outra do quadro de idílicas tribos de floresta tropical pintado no apagar das luzes da década de 1950.

A lenda das Amazonas nos traz imagens de um mundo de mistérios e seres fantásticos: mulheres de um só seio, extirpado para manusear o arco e flecha, carregando meninas geradas por pais estrangeiros que depois eram mortos ou expulsos, devolvidos às suas aldeias de origem. É possível que Carvajal tenha visto um grande grupo de homens semi-nus e de cabelos longos, e que a cobiça pelo ouro e as riquezas que, acreditava, estariam em locais recônditos na mata, os estimulasse a aceitar estórias mal traduzidas como verdades. Para além das lendas e dos mitos, sejam esses produzidos por leigos ou cientistas, existe o registro arqueológico. Uma vez que as sociedades amazônicas não foram registradas por observadores em 1491 e não deixaram testemunhos escritos, a única forma de estudá-las é através da arqueologia. E a boa prática arqueológica exige que se dê ao dado empírico – sujeito que está, obviamente, a interpretações subjetivas – o status de fiel da balança na verificação de hipóteses e teste de teorias.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos amigos Bill Woods, Per Stenborg, Denise Milan e Sanna Saunaluoma, que gentilmente me cederam mapas e imagens de sua autoria para esta publicação. Agradeço ainda ao CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão de auxílio de pesquisa e bolsa de produtividade em pesquisa, que tornam possível minha dedicação ao estudo do passado amazônico.

NOTAS

- ¹ Vêr Tania Lima, 2006, para uma revisão.
- ² O termo paleoíndio é aplicado na América do Norte ao período que inicia em 13.500 anos AP e vai até 10.000 ou 9.000 anos AP, sendo dominado por caçadores-coletores nômades.
- ³ Cf. trabalho de Pereira et al. a ser editado em data oportuna.
- ⁴ Cf. trabalho de Denise P. Schaan et al. a ser editado em data oportuna.
- ⁵ Ibid.
- ⁶ Ver Denevan, 1996.
- ⁷ Nos últimos anos a arqueóloga Vera Guapindaia vem conduzindo pesquisas na região do rio Trombetas, como parte de sua Tese de Doutorado na USP. Os resultados desse trabalho ainda não estão disponíveis.
- ⁸ Roosevelt com. pess. 2007.

Referências

BOOMERT, Arie. Gifts of the Amazons: "Greenstone" Pendants and Beads as Items of Ceremonial Exchange in Amazonia. **Antropologica**, [S.l.], v. 67, p. 33-54, 1987.

CALDARELLI, Solange Bezerra; COSTA, Fernanda de Araújo; KERN, Dirse Clara. Assentamentos a céu aberto de caçadores-coletores datados da transição Pleistoceno final/Holoceno inicial no sudeste do Pará. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 18, p. 95-108, 2005.

DENEVAN, William M. **The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos**. Berkeley: University of California, 1966.

_____. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC, vol. 86, ed.4, p. 654-681, 1996.

DONATTI, Patrícia. **A ocupação pré-colonial da área do Lago Grande, Iranduba**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

EIDT, Robert C. Theoretical and practical considerations in the analysis of anthrosols. **Archaeological geology**. London: Yale University Press, 1985.

ERICKSON, Clark L. An artificial landscape-scale fishery in the Bolivian Amazon. **Nature**, Cambridge, MA, vol. 408, no. 6809, p. 190-193, 9 Nov. 2000.

_____. Pre-Columbian Fish Farming in the Amazon. **Expedition**, Philadelphia, vol. 43, no. 3, p. 7-8, Winter 2001.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Análise dos padrões de organização comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do Formativo na área de Santarém, PA**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUAPINDAIA, Vera L. C. Encountering the ancestors: the Maracá Urns. In: MC.EWAN, Colin; BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo (Ed.) **Unknown Amazon**. Culture in nature in Ancient Brazil. London: British Museum, 2001.

HECKENBERGER, Michael J. **The ecology of power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000**. New York: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata; RUSSEL, J. Christian;

SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? *Science*, Washington DC, vol. 301, no. 5635, p. 1710-1713, 15 Aug. 2003.

HILBERT, Peter Paul. **Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1959. (Publicação n. 10).

_____; HILBERT, Klaus. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 75, p. 68-81, 1980. (Série Antropologia).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (AM). **Relatório Semestral 1**. Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu entorno - Amapá. Macapá, 2006.

_____. **Relatório Semestral 2**. Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu entorno - Amapá. Macapá, 2007.

KERN, Dirse C.; KÄMPF, N. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos de terra preta na região de Oriximiná, Pará. **Revista Brasileira Ciências do Solo**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 219-225, jan./abr. 1989.

_____; COSTA, Marcondes Lima; FRAZÃO, Juvenal Lima; JARDIM, Mario. A influência das palmeiras como fonte de elementos químicos em sítios arqueológicos com Terra Preta. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA 6., 1999, Belém. **Anais...** Belém: [s.n.], 1999.

KIPNIS, Renato; CALDARELLI, Solange Bezerra; OLIVEIRA, Wesley Charles de. Contribuição para a cronologia da colonização amazônica e suas implicações teóricas. **Revista de Arqueologia**, Belém, vol. 18, p. 81-93, 2005.

LATHRAP, Donald W. The Antiquity and Importance of Long-Distance Trade relationship in the Moist Tropics of Pre-Columbian South America. **World Archaeology**, London, vol. 5, no. 2, p. 170-186, Apr. / Jun. 1973.

LIMA, Luiz Fernando Erig. **Levantamento arqueológico das áreas de interflúvio na área de confluência dos rios Negro e Solimões, AM**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, Tânia Andrade. O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos, datações. In: SILVA, Hilton P.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (Org.). **Nossa Origem**. O povoamento das Américas: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

MORAIS, Claide de Paula. **Arqueologia na Amazônia Central vista a partir de uma perspectiva da região do Lago do Limão**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACHADO, Juliana Salles. Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio Hatahara, Amazonas. **Revista de Arqueologia**, Belém, v.18, p. 9-24, 2005.

MAGALHÃES, Marcos. **A physis da origem**: o sentido da história na Amazônia. Belém: MPEG, 2005.

MCCANN, Joseph M.; WOODS, William I.; MEYER, Donald W. **Organic matter and anthrosols in Amazonia**: Interpreting the amerindian legacy. Londres: British Society of Soil Science, 2000.

MEGGERS, Betty J.; DANON, Jacques. Identification and implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brazil. **Journal of Washington Academy of Sciences**, Arlington, vol. 78, no. 3, p. 245-53, 1988.

MYERS, Thomas. Hacia la reconstrucion de los patrones comunales de asentamiento durante la prehistoria de la cuenca amazonica. **Amazonia Peruana**, Lima, v. IV, n. 7, p. 31-63, 1981.

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. **Relatório de Pesquisa**. Projeto salvamento arqueológico no sítio Ilha de Terra, região de Caxiuanã, Melgaço, Pará. Belém, 2007. 1 CD-ROM.

NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Pesquisa arqueológica no Amapá**. 2. ed. Macapá: B-A-Bá, 2005.

PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; SAUNALUOMA, Sanna; SIIRIÄINEN, Ari. Geometrically patterned ancient earthworks in the Rio Branco region of Acre, Brazil. **Renvall Institute Publications**, Helsinki, n. 14, p. 97-133, 2003.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. **A tradição tupi-guarani na Amazônia**. Trabalho inédito.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. Bibliografia sobre registros rupestres da Amazônia brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.9, p. 269-277, 1999.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. **Arte Rupestre na Amazônia**: Pará. São Paulo: Unesp, 2004.

PEROTA, C. Adaptação agrícola no Baixo Xingu. In: MEGGERS, B. (Org.). **Pre-história Sudamericana**. Nuevas Perspectivas. Washington DC: Taraxacum, 1992.

PORRO, Antônio. **O povo das águas**. Ensaios de etno-história Amazônica. São Paulo: Edusp, 1995.

REBELLATO, Lilian. **Interpretando a variabilidade cerâmica e as assinaturas químicas e físicas do solo no sítio arqueológico Hatahara, AM**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROOSEVELT, Anna. Early pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity. In: BARNETT, William; HOOPEES, John. **The emergence of pottery**. Technology and innovation in ancient societies. Washington DC: Smithsonian Institution, 2005.

_____; Housley, R. A.; SILVEIRA, M. Imazio da; MARANCA, S.; JOHNSON, R. Eighth millenium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science**, New York, vol. 254, no. 5038, p. 1557-1696, 13 Dec. 1991.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. Lima da; MACHADO, C. L.; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; SILVEIRA, M. Imazio da; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. Paleindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of America. **Science**, New York, vol. 272, Ed. 5260, p. 372-384, 19 Apr. 1996

SCHAAN, Denise P. **The Camutins Chiefdom**: rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. 2004. Tese (P.H.D.)- University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

_____. **Diagnóstico do patrimônio arqueológico na área de influência da rodovia BR-163**: trecho Santarém-Rurópolis. Belém: UFPA, 2006. No prelo.

SCHAAN, Denise P. **Os filhos da serpente**: rito, mito e subsistência nos Cacicados da Ilha de Marajó. [S.l]: International Journal of South American Archaeology, 2007a. Disponível em: <<http://www.ijsa.syllabapress.com/issues/articles/ijsa00006.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008

SCHAAN, Denise P. **Arqueologia do Acre**: do Pronapaba às pesquisas sobre os geoglifos. [S.l.]: Historiaehistoria, 2007b. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/indice.cfm?tb=arqueologia>>. Acesso em: 05 jan. 2008

SCHAAN, Denise P.; SILVA, Wagner Fernando da Veiga e. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-colônias na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 17, p. 13-32, 2004.

_____; PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; PICCOLI, Jacó César. Geoglifos da Amazônia ocidental: Evidência de complexidade social entre povos da terra firme. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 20, p. 67-82, 2007.

SCHAAN, Denise P; KERN, Dirse Clara; FRAZÃO, Francisco. An assessment of the cultural practices behind the formation (or not) of anthropogenic black earth in Marajo Island archaeological sites. In: WOODS, William (Org.). **Terra preta nova**: a tribute to Wim Sombroek. Trabalho inédito.

SILVEIRA, Maura Imazio da. **Estudo sobre estratégia de subsistência de caçadores-coletores pré-históricos do sítio Gruta do Gavião, Carajás, PA**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____; SCHAAN, Denise P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 18, p. 67-79, 2005.

SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Nota Preliminar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 78, p. 1-26, 1981. (Série Antropologia).

STEWART, Julian H.. Cultural areas of Tropical Forest. In: _____ (Ed.). **The tropical forest tribes**. Washington DC: Smithsonian Institution, 1948. (Series Handbook of South American Indians, vol. 3).

WOODS, William I.; MCCANN, Joseph M. The Anthropogenic Origin and Persistence of Amazonian Dark Earths. In: CAVIDES, Cesar. **Yearbook 1999**: Conference of Latin Americanist Geographers. Austin: University of Texas Press, 1999. vol.25.

Recebido em: 26 de fevereiro de 2008.

Aprovado em: 12 de março de 2008.